

Sarney só aceita mudar a data

Brasília — A Assembléia Nacional Constituinte deverá ser instalada a 30 de janeiro de 1987, para não se confundir com a instalação do Congresso ordinário, que constitucionalmente tem de iniciar a sessão legislativa a 1º de fevereiro. Essa antecipação de dois dias será a única alteração, em relação à minuta do texto divulgada anteontem, na mensagem que o Presidente José Sarney enviará hoje ao Congresso propondo a convocação da Constituinte.

A mensagem será assinada pelo Presidente às 11h, no Palácio do Planalto, em solenidade que contará com a presença dos presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado e da Câmara, de todos os ministros de Estado e dos líderes de todos os partidos, à exceção do PDS — que, embora convidados, decidiram não comparecer. Também foram convidados os constituintes de 1946.

Ontem, ao longo de todo o dia, negociou-se muito sobre as alterações anunciadas pelo presidente da Câmara e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, no texto da mensagem presidencial. Pela manhã, um assessor do palácio admitia a exclusão do artigo 2º, que explicita a soberania da Constituinte para inclusive abolir a República e a Federação, considerado desnecessário porque o artigo 1º já diz que a Assembléia será “livre e soberana”.

Debateu-se também o artigo 4º, que determina a discussão da Nova Constituição em dois turnos, para ambos exigindo-se quorum de maioria absoluta (metade mais um) dos membros da Constituinte para sua aprovação. Ulysses — refletindo o desejo da maioria do Congresso — sugeriu a maioria simples no

primeiro turno e absoluta no segundo, para agilizar os trabalhos.

Outra sugestão discutida foi a de entregar a direção dos trabalhos de instalação da Constituinte ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e não ao presidente do Supremo Tribunal Federal, mas logo foi abandonada.

Em São Paulo — onde estava para assistir à entrega do Troféu Juca Pato ao intelectual do ano, o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) —, membro influente do Governo convenceu Sarney a manter, ao máximo, o texto já divulgado. A decisão foi ratificada em conversas do Ministro da Justiça, Fernando Lyra, com os líderes partidários da Aliança Democrática.

Fernando Lyra considerou o texto redigido pelo assessor especial de Sarney, Céli Borja, “enxuto” e lembrou que todas as alterações sugeridas poderão ser feitas pelo Congresso, mediante emendas. “O Congresso também é soberano”, lembrou o Ministro da Justiça.

O líder do Governo na Câmara, Pimenta da Veiga (PMDB-MG), confirmou que não haverá outras modificações além da antecipação da data de instalação da Constituinte, “salvo um ou outro detalhe de redação”.

Se o Congresso não introduzir modificações na convocação, a Constituinte será instalada no dia 30 de janeiro e imediatamente elegerá seu presidente, sob a direção do presidente do STF. No dia seguinte, haverá as sessões preparatórias na Câmara e no Senado, que se instalarão no dia seguinte e elegerão seus presidentes. Evitar que essas três eleições se realizem no mesmo dia é o objetivo da alteração que o Governo propôs para a instalação da Constituinte.